

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 25-11-2020.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, José Freitas, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista e Paulo Brum. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 102/20 (Processo nº 0260/20), de autoria de Alvoní Medina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 154/20 (Processo nº 0322/20), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 017/20 (Processo nº 0053/20), de autoria de Fernanda Jardim; o Projeto de Lei do Legislativo nº 147/20 (Processo nº 0352/20), de autoria de Mendes Ribeiro. Durante a sessão, foram aprovadas as Atas da Quadragésima Segunda, Quadragésima Terceira, Quadragésima Quarta, Quadragésima Quinta, Quadragésima Sexta, Quadragésima Sétima, Quadragésima Oitava, Quadragésima Nona, Quinquagésima, Quinquagésima Primeira, Quinquagésima Segunda, Quinquagésima Terceira, Quinquagésima Quarta e Quinquagésima Quinta Sessões Ordinárias e da Vigésima Terceira, Vigésima Quarta e Vigésima Quinta Sessões Extraordinárias. A seguir, o Presidente convocou os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada às nove horas do dia primeiro de dezembro do corrente, destinada a julgamento de pedido de impedimento do Prefeito. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Reginaldo Pujol, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 016/20, os Projetos de Lei do Legislativo nos 038, 095, 106, 128, 129 e 130/20 e os Projeto de Resolução nos 006 e 024/20; em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 137/20, discutido por Aldacir Oliboni. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Felipe Camozzato, Aldacir Oliboni e Hamilton Sossmeier. Após, o Presidente informou que, em face da inexistência de priorização para a Ordem do Dia, não se ingressaria nesse período na presente sessão. Às quinze horas e dez minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Dezenove vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Havendo quórum, dou por aberto os trabalhos da 77ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Solicito ao diretor legislativo que proceda à leitura das matérias encaminhadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço ao nosso diretor legislativo.

Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 042ª a 055ª Sessões Ordinárias e 023ª a 025ª Sessões Extraordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

Solicito que o diretor legislativo informe o despacho feito por esta presidência, editado no dia de hoje, tendo em vista alguns considerados que serão anunciados aos senhores vereadores.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Lê.):

“Deliberação da Presidência da Câmara Municipal de Porto Alegre

Considerando que no dia 20 do corrente mês, a Comissão Processante que trata do pedido de *impeachment* do Prefeito Municipal, encaminhou a esta Presidência o parecer final sobre a matéria, solicitando a marcação de sessão para o julgamento das denúncias respectivas;

Considerando que, conforme o disposto no art. 5º, inc. V, do Decreto-Lei nº 201/67, a convocação de sessão para o julgamento é de atribuição do privativa do Presidente da Câmara Municipal;

Considerando que, na mesma data, o Prefeito ajuizou ação de mandado de segurança, questionando o prazo de conclusão do procedimento, tendo esta Presidência optado por aguardar a decisão do Poder Judiciário quanto ao pedido liminar, até mesmo para evitar a marcação de evento que poderia ter que ser cancelado em seguida, em caso da concessão da medida.

Considerando que se originou, dentro do próprio Poder Judiciário, incidente processual para definição de qual seria o juiz de primeiro grau competente para julgar o feito, matéria que, pela natureza, é remetida para decisão do Tribunal de Justiça, solução que não se afigura tão rápida;

Considerando que a fluência do prazo para a conclusão dos trabalhos, conforme estabelecido pela Comissão Processante, não permite que se aguarde providências judiciais que não tem prazo para a sua efetivação, eis que há necessidade da expedição de notificações e publicações para a sessão de julgamento do processo de *impeachment*;

Considerando ainda que se revela recomendável evitar-se que a questão se imiscua com o processo eleitoral em curso, o qual será concluído no próximo dia 29/11, restando ainda prazo suficiente para que se ultime o procedimento em questão.

DELIBERA esta Presidência, no sentido de marcar a sessão de julgamento para o próximo dia 1º de dezembro de 2020, às 9h (nove horas), sessão esta que será presencial e virtual, para contemplar os parlamentares que não possam se deslocar para até a sede deste Legislativo.

Encaminhem-se as seguintes providências:

a) Convocação dos senhores Vereadores e das senhoras Vereadoras, para a sessão de julgamento;

b) A expedição de notificações, nos termos do disposto no art. 5º, inc. IV, do Decreto-Lei 201/67;

c) À Diretoria-Geral, para que promova a adequação dos espaços físicos e serviços de infraestrutura necessários para a realização do evento;

d) À Diretoria Legislativa para, juntamente com a Procuradoria da Casa, adotem as medidas legais para dar cumprimento às deliberações acima, bem como para as demais ações necessárias para dar suporte à sessão de julgamento.

Porto Alegre, 20 de novembro de 2020. Vereador Reginaldo Pujol - Presidente.”

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu acredito que a leitura feita pelo diretor legislativo dessa nota justificativa é suficientemente satisfatória para que, neste momento, se dê publicidade a essa decisão. Eu cogitei, durante determinado período, reunir a Mesa Diretora para a definição desse impasse. Entendi, posteriormente, ouvindo algumas pessoas muito importantes no grau de assessoramento, que a Casa tem me prestado nesta hora, especialmente a Direção-Geral e a Diretoria Legislativa, que se tratava de uma decisão que cabia ao Presidente tomar, monocraticamente, e que a ouvida dos demais companheiros da comissão diretora da Casa, se de um lado fosse entendida como uma gentileza nossa e um reconhecimento da relevância e do apoio que todos têm nos dado durante o curso de todos os acontecimentos, se de um lado isso é possível, de outro, também pareceria uma forma de eu fugir da responsabilidade da decisão e transformar de em uma decisão coletiva de toda a Mesa Diretora. Assim, assumo a responsabilidade da decisão tomada, que está rigorosamente dentro da lei, que, entendo eu, está, inclusive, confortada pelo bom-senso de não determinar a realização de uma definição da Casa em conjunto com os acontecimentos que o Município está vivendo nos dias de hoje, de todos nós, sabidamente, polarizadores, numa definição de quem caberá a responsabilidade de gerir o destino do Município no próximo quadriênio administrativo.

Dessa forma, a resolução está editada, será devidamente publicada. E como todos tiveram a oportunidade de verificar, nós solicitamos a todos os diretores da Casa que comecem desde já a tomar as medidas necessárias para que nós tenhamos plena condição de realização desse evento. Sendo que um deles é uma definição que, certamente, tomaremos nas próximas 48 horas, do local da sua realização, se neste plenário ou no plenário da Casa, com prós e contras a ambas situações, o que será por nós devidamente apreciado. Se for o caso, ouviremos as lideranças, como, de resto, temos ouvido sistematicamente e ouviremos também os integrantes da Mesa Diretora, porque, pela natureza, esse grau de assessoramento especial até se imporia e se justificaria.

Feito esse esclarecimento, prossigamos na realização da sessão, sendo que está prevista, no dia de hoje, a realização de uma sessão ordinária com a devida realização do período da Ordem do Dia, aonde não encontramos nenhuma matéria que priorizada até o presente momento. De outro lado, nós temos uma pauta a cumprir com inúmeros processos, vários deles já amplamente discutidos na Casa, entre os quais, uma homenagem ao Ver. Oliboni. E ressaltar um em que ele é o primeiro signatário, acompanhado de vários outros integrantes da Casa.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0350/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 016/20, de autoria do Ver. Professor Wambert, que ratifica, para todos os efeitos, as alterações dos limites da Macrozona (MZ) 08, entre as Unidades de Estruturação Urbana (UEU) 078 e 080, das Subunidades 01 e 09 da UEU 078 da MZ 08 e das Subunidades 01 e 02 da UEU 080 da MZ 08 e a criação das Subunidades 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da UEU 078 da MZ 08 e das Subunidades 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 da UEU 080 da MZ 08, constantes do Anexo 1.1 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) –, e alterações posteriores, bem como as definições dos respectivos regimes urbanísticos para as novas Subunidades, e dá outras providências. **(SEI 046.00051/2020-58)**

PROC. Nº 0089/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 038/20, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que declara de utilidade pública a Associação Recreativa Cultural e Beneficente das Esposas dos Policiais Militares e Policiais

Femininas do Nível Médio do Rio Grande do Sul – Aesppom/RS. (SEI 039.00005/2020-66)

PROC. Nº 0248/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 095/20, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que estabelece como essenciais, durante períodos em que forem decretados estados de emergência e de calamidade pública, as atividades realizadas por escolas privadas de educação infantil no Município de Porto Alegre e dá outras providências. (SEI 161.00035/2020-21)

PROC. Nº 0266/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 106/20, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que altera o *caput* do art. 2º, o item 5 e o § 2º do *caput* do art. 3º e inclui item 6 no *caput* do art. 3º da Lei nº 7.961, de 8 de janeiro de 1997 – que dispõe sobre a oficialização do Mercado do Produtor no Município de Porto Alegre e dá outras providências –, modificando a entidade responsável pela coordenação do Mercado do Produtor, atualizando a denominação e a localização do Mercado Cel. Massot e incluindo o Mercado Lindóia no rol de mercados oficializados e em funcionamento. (SEI 138.00020/2020-96)

PROC. Nº 0319/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 128/20, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Marcos Antônio Silva dos Santos o logradouro cadastrado conhecido como Rua C – Vila Amazônia –, localizado no Bairro Costa e Silva. (SEI 033.00023/2020-43)

PROC. Nº 0320/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 129/20, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Lucimar Braga o logradouro cadastrado conhecido como Rua A – Vila Amazônia –, localizado no Bairro Costa e Silva. (SEI 033.00024/2020-98)

PROC. Nº 0321/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 130/20, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua João Arlindo dos Santos o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Cinco – Jardim Protásio Alves –, localizado no Bairro Mario Quintana. (SEI 033.00025/2020-32)

PROC. Nº 0093/20 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/20, de autoria do Ver. José Freitas, que concede o Diploma Honra ao Mérito à organização não governamental Grupo de Pacientes Artríticos de Porto Alegre – Grupal. (SEI 034.00031/2020-99)

PROC. Nº 0311/20 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/20, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao comandante-geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul coronel Rodrigo Mohr Picon. (SEI 038.00128/2020-06)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0335/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 137/20, de autoria dos Vers. Aldacir Oliboni, Adeli Sell, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Engº Comasseto, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, que reinstitui e mantém os empregos públicos criados para a execução das ações, no âmbito da atenção primária do Sistema Único de Saúde (SUS), para operar especificamente a rede integrada e articulada da Estratégia de Saúde da Família, instituídos pela Lei nº 11.062, de 6 de abril de 2011, alterada pela Lei nº 12.545, de 23 de maio de 2019, e regidos pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e alterações posteriores, e dá outras providências. (SEI 021.00150/2020-54)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Antes gostaria de registrar a presença dos seguintes vereadores: Ver. José Freitas, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Dr. Goulart e Ver. Paulo Brum.

(Procede à leitura das proposições para o período de Pauta, em 1ª e 2ª Sessões.) Essas são as matérias em Pauta hoje, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está inscrito. Transfiro a palavra ao líder da oposição na Casa, primeiro signatário de uma das matérias constantes na pauta, matéria polêmica que vem recebendo apoios mais diversos e restrições de outros pontos, mas que está amadurecida para ser objeto de uma decisão nossa.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, peço licença para tirar a máscara, até para a voz sair mais nítida. Cumprimento V. Exa., os colegas vereadores e vereadoras, o público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Como os senhores e as senhoras puderam verificar, dos projetos ora estabelecidos em pauta, um deles é de minha autoria com inúmeros outros colegas vereadores e vereadoras que têm, como prioridade de seu mandato, eu diria, uma atenção à saúde pública de Porto Alegre. E nesse aspecto, o governo Marchezan terceirizou a Atenção Básica e quer demitir 1.840 servidores. Demitiu, sim, mais de 500 já; e temos ainda, na Atenção Básica, mais de 1.300. Com isso, agora no dia 04 de dezembro, termina o prazo dado no acordo feito com o Ministério Público do Trabalho, e o Marchezan vai ficar livre para demitir os mais de 1.300 servidores.

Nós temos um projeto aqui na Casa, amplamente discutido, está em 2ª Sessão de Pauta, e eu quero fazer este registro: eu conclamei inúmeras vezes para fazermos uma reunião conjunta, para apressarmos o passo para votar esse projeto de lei, e, infelizmente, por várias razões ora estabelecidas, não avançou esse projeto. Lá fora, ali na Atenção Básica, no posto de saúde, esses trabalhadores estão nos cobrando diuturnamente, Ver.^a Cláudia, Ver. Adeli, Ver.^a Lourdes, Ver. Cassiá. Nós temos aqui

um entendimento de que deveríamos votar urgentemente esse projeto. Eu faço um apelo para nós, segunda-feira, fazermos uma extraordinária e votarmos o projeto de lei, antes de entrarmos no processo de julgamento, de votação do afastamento ou não, do *impeachment* ou não, do prefeito municipal, porque vai acabar nos absorvendo mais de uma sessão, várias sessões, e o dia 04 já está ali, na próxima semana. Nós precisamos sinalizar para o governo municipal que, ao demitir esses trabalhadores, fecha a porta a mais de um milhão de pessoas que não terão atendimento no posto de saúde! Como o governo vai absorver ou recolocar esses trabalhadores se os próprios parceiros, segundo o governo, que são parceiros os convênios que ele fez, não estão habilitados e nem mesmo capacitados para absorver esse atendimento do dia para a noite! Por isso que eu faço este apelo à Câmara Municipal dar sinalização positiva para, segunda-feira, fazermos uma sessão extraordinária, ou uma sessão conjunta, para votarmos o projeto de lei que diz para toda a cidade como se posicionam os vereadores, da importância de um projeto que veio para poder dar seguridade aos trabalhadores, quando cria os cargos em extinção, porque, na verdade, já fizeram concurso público, já está no orçamento da Peça Orçamentária, e, portanto, é legal, regimental esse projeto. Peço a compreensão da Casa, respeitando aqui o Presidente e todo o seu esforço, a dedicação que deu para esse tema, mas conclamo novamente os colegas vereadores para nós efetivarmos de uma vez essa sinalização positiva da importância do SUS, da Atenção Básica em nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço ao Ver. Oliboni. Consulto se existe mais algum dos Srs. Vereadores que queira se manifestar em Pauta. (Pausa.)

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Colegas vereadoras e vereadores, caríssimo Pujol, a bancada do Partido dos Trabalhadores está aqui para manifestar sua profunda preocupação com a situação do serviço terceirizado na Secretaria Municipal de Educação, na SMED. Dias atrás, mostrei aqui, de forma cabal, que houve um processo licitatório. As duas primeiras empresas, SV, primeiro lugar; e Multiclean, atual prestadora de serviço, são do mesmo dono. Mostrei os processos criminais contra os verdadeiros donos. Foi numa quarta-feira, fiz uma notificação extrajudicial no dia seguinte, Ver. Pujol, essas duas empresas foram desclassificadas. Eu tinha razão. Nós temos razão! Só que a situação é catastrófica. Não bastasse isso, o procurador que cuida da situação da SMED, para o meu espanto, mandou um *e-mail* dizendo que um vereador não poderia se imiscuir numa questão contratual, como se eu fosse um imbecil, que eu devesse fazer única e exclusivamente um pedido de providências. Se eu tivesse feito um pedido de providências, não tivesse falado daqui, se eu não tivesse feito a notificação extrajudicial, eu pergunto: essas duas empresas teriam sido desclassificadas? Claro que não! Estou encerrando o meu quinto mandato e, até o último momento em que eu

estarei aqui, até o recesso, se eu estou bem lembrado, dia 17 de dezembro agora, cumprirei rigorosamente o meu mandato. Não conheço o procurador, gostaria de conhecê-lo, porque vou responder à altura, eu gostaria que um servidor público respeitasse o vereador e o voto popular. Hoje, houve uma grande manifestação em frente à Prefeitura, porque essas pessoas não recebem vale-transporte para trabalhar, mas exigem que elas trabalhem. O contrato com a Multiclean finda em 31 de dezembro, como ficarão a limpeza das escolas num momento de pandemia, já que o secretário chamou para a volta às aulas? Que situação nós estamos vivendo! É verdade que nós estamos num fim de governo, mas é o fim da picada! Não me calei, não me calo e não vou me calar! Eu tento dialogar com esse setor terceirizado da Prefeitura, que não é o único penalizado na terceirização da Prefeitura, há outros também. Nós iremos às últimas consequências. E eu chamo a atenção dos novos vereadores que vão estar aqui no próximo ano, independentemente de quem é governo, vereadores – Cláudia, Mariana, Camozzato – fiscalizem. Não importa quem é o governo, fiscalizam. É assim que tem que ser feito. Como cidadão porto-alegrense, a partir de 1º de janeiro, usarei todos os mecanismos da Lei de Acesso à Informação, Camozzato, como nós temos usado frequentemente, seja junto à esfera pública municipal, estadual e federal, porque a Constituição nos garante, assim como a Lei Federal de Acesso à Informação, que nós podemos solicitar informações e ter respeito como cidadão e pessoa humana.

Encerro, Ver. Pujol, agradecendo e dizendo que estaremos juntos com os trabalhadores da Multiclean, penalizados, alguns com cinco anos de trabalho e sem os devidos aportes no FGTS, com previdência atrasada, confrontando a lei do serviço terceirizado da previdência e do fundo de garantia. Alguém vai ser penalizado, o secretário vai ser penalizado, e o procurador que faça o que tem que ser feito e não fique fazendo provocação a nenhum dos vereadores; muito menos a mim, um simples bacharel, mas que estuda direito todos os dias. Eu continuarei, como vocês sabem, trilhando o caminho da boa-fé, da ética e da crença no direito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Pujol. Vou pedir licença, assim como o Oliboni, para tirar a máscara e falar. Quero cumprimentar os colegas vereadores e quem está nos acompanhando. Nós estamos nestas sessões em que fica uma parte *on-line*, então, quero cumprimentar os meus colegas que estão *on-line*, que ficam mais à vontade, em casa. Nós aqui, geralmente, estamos de terno e gravata, hoje eu estou um pouco mais leve nas vestimentas por causa do calor. Queria deixar um recado muito claro para os cidadãos que nos acompanham – também quero cumprimentar a nossa vereadora eleita pelo Partido Novo, que está nos acompanhando, a Mariana Pimentel – sobre essa discussão que nós estamos vendo agora, Presidente, do possível novo fechamento na nossa cidade.

Começou a se ventilar esse debate, Ver.^a Cláudia, de se necessitar de um novo fechamento, de novas restrições por conta do aumento de ocupação de leitos de UTI por Covid-19 em Porto Alegre. Eu tenho acompanhado, desde o início da pandemia, os dados dos boletins de saúde. Tenho tentado atuar da maneira mais técnica possível, com suporte de profissionais da saúde que nos ajudam a compreender esses dados e projetar possíveis cenários. Antes de entrarmos num desespero, como eu estou vendo algumas pessoas – empresários, empreendedores, especialmente, comerciantes, comércio de bairro, mercados, que estão mais assustados com a perspectiva de voltar a fechar agora na véspera do Natal –, eu tenho um pouco mais de prudência. Hoje nós estamos vendo um cenário de 249 internados em leitos de UTI. É verdade que isso aumentou, ontem nós estávamos com 250, essa média é um pouco superior aos 230, uma média que vinha se mantendo, uma certa estabilidade, mas me preocupa que a gente desmobilizou muitos leitos de UTI em Porto Alegre desde o pico da pandemia para cá. Nós tínhamos 800 leitos de UTI operacionais no pico da pandemia, hoje nós temos por volta de 760, pelo que o *dashboard*, o relatório do boletim da Secretaria Municipal da Saúde nos informa. Além disso, nós temos uma perspectiva de nova abertura de leitos por conta dessa possível segunda onda. Eu, particularmente, não acredito tanto em segunda onda, obviamente eu não sou um profissional da saúde para fazer projeções, mas aqui o cenário é muito diferente do cenário europeu. Lá enfrentam o inverno, e aqui nós estamos chegando no verão. A gente sabe que, durante a pandemia em Porto Alegre, a contaminação cruzada foi um fator muito significativo para nós termos as altas de ocupação de leitos de UTI, de contaminação e confirmação do coronavírus, coisa que nós não temos neste momento de verão, quando as pessoas não buscam o sistema de saúde por conta de síndrome gripal comum como buscavam no inverno.

Por aí eu gostaria também de aproveitar este momento de fala para me dirigir ao governo, que sei que nos acompanha, nos ouve, para que a própria Secretaria Municipal da Saúde, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre possa não apenas informar as entidades empresariais, como circulam no WhatsApp mensagens de que se estaria prevendo um possível fechamento, para que não comprem mais estoques, que tornassem isso público, transparente para o cidadão, porque o cidadão fica refém de áudios de WhatsApp que estão circulando. Não sabem direito o que está acontecendo, e tudo que nós não queremos é que essa falta de transparência no processo, ou mesmo uma informação errada, justamente crie um desespero, crie uma corrida novamente para empréstimos, para compras, ou para outras medidas que os empreendedores possam vir a fazer e que podem danificar ainda mais suas condições, as condições de seus empregados e por aí vai. Por fiz questão de me manifestar, agradeço pela atenção, Ver. Pujol, e também dos meus colegas e público que nos assiste.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço ao Ver. Camozzato ter, dentro do período regimental, cumprido com a sua manifestação. Quero me permitir, inclusive, com a vênica de todos, a cumprimentar o Ver. Camozzato pela

sua reeleição, com grande votação, dizendo a ele que aquela fotografia que há quatro anos nós firmamos aqui, entre ele o mais jovem e eu o mais antigo vereador da Casa, por falta de um dos personagens não vai ser renovada ano que vem, mas acredito que não me faltará boa companhia. E o meu candidato, desde já a me substituir, é o meu querido companheiro na Mesa do Casa, Ver. Airto Ferronato, que me parece que, à primeira vista, será o decano da nova legislatura.

Eu gostaria de informar à Casa que a Diretoria Legislativa solicita a todos os vereadores que tenham matéria em condições de serem analisadas pela comissão conjunta, na próxima segunda-feira, a gentileza absolutamente necessária de informar à Diretoria Legislativa, até amanhã, no horário normal de funcionamento da Casa, porque nós teremos que ainda, na sexta-feira, escolher relator para essas matérias e dar condições de que na segunda-feira sejam apreciadas nessa sessão conjunta já há mais tempo negociada e admitida como absolutamente necessária. Feita essa colocação, que nós vamos renovar solicitando através dos meios eletrônicos indicados, com o maior prazer transiro a palavra para a manifestação em liderança ao ilustre líder da oposição na Casa.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Reginaldo Pujol, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha nossa sessão. Desde já agradeço ao nobre Presidente a sensibilidade de fazermos reuniões conjuntas, vários vereadores já haviam solicitado, de alguns projetos de leis que têm uma enorme urgência, eu diria, e faremos uma, então, na próxima segunda-feira. Obrigado, Presidente.

Eu estava ouvindo os colegas que me antecederam, principalmente o colega Camozzato, quando falava dessa possibilidade de que o comércio possa ser fechado, exatamente porque se estabelece em todo mundo – e o Brasil não é diferente, Porto Alegre também não – a ideia da segunda onda. A gente fica pensando o seguinte: não foi por falta de aviso ao governo municipal, Ver. Cassiá, quando nós exigimos aqui a testagem em massa para os trabalhadores, a testagem para todos os trabalhadores de serviços essenciais, e nem para esses o governo municipal autorizou. Não foi por acaso que nós cobrávamos os hospitais de campanha ou de enfermaria, Ver.^a Cláudia e Ver.^a Lourdes, na Comissão de Saúde, porque o governo não investia nesses locais adequados para isso. Nós observamos que em Porto Alegre, por ser um centro de referência em atendimento médico, os hospitais como o Conceição, o de Clínicas e os demais hospitais, principalmente os filantrópicos, acabam absorvendo o atendimento de todo o Estado do Rio Grande do Sul. Por que ali em Canoas, ali em Esteio, ali em Viamão tem só dez leitos de UTI? Vocês não vão imaginar que só tem dez pessoas que vão para um leito de UTI! São mais de 30, 40 pessoas em cada Município, e muitas vêm para Porto Alegre. Por isso aquela sinalização de luz vermelha, de o sistema de saúde estar colapsado, é exatamente porque os inúmeros pacientes que ora precisam de respiradores vêm para o lugar onde estão os respiradores, que é Porto Alegre. Porto Alegre não teve

um plano claro e preciso de combate ao coronavírus; agora, porque o governo não tem esse plano, se percebe a ideia da segunda onda. E aqueles testes que vão vencer agora e que não foram usados? Aconteceu em Porto Alegre, aconteceu no Estado do Rio Grande do Sul, aconteceu em Brasília, no governo federal: mais de um milhão de testes poderão ir fora, porque não foram usados, tanto aqui em Porto Alegre, mais de 100 mil, como no Estado, mais de 200 mil testes. E isso nos dá uma enorme indignação, porque as pessoas poderiam ter feito o teste quando do sintoma, teriam sido monitoradas ou rastreado esse sistema para não provocar mais o contágio. Infelizmente a Prefeitura de Porto Alegre deixou muito a desejar e a população deu o recado, nem mesmo para o 2º turno o Marchezan foi. Muitas pessoas não conseguem assimilar isso, portanto é muito, mas muito importante que as pessoas percebam quem de fato está a serviço do grande empresariado e quem está na defesa do Sistema Único de Saúde, capaz de dar ao cidadão o direito de entrar pela porta da frente de um sistema que olha universalmente todos, atendendo a todos e com dignidade. Isso foi o que faltou no governo Marchezan. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa a tarde a todos; ao Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; aos colegas vereadores. A minha fala vai no sentido de agradecer a confiança da Casa durante o período de quase 100 dias comandando a Comissão Processante, e também, principalmente, os funcionários da Casa, a Procuradoria da Casa, pelo empenho, pela dedicação, pelo esforço desses muitos momentos, dessas muitas horas, quase todos os dias envolvidos nesse trabalho, nesse processo. Lembrando que a função da comissão foi sempre procurar fazer com o maior zelo possível o seu trabalho e com muita dedicação. Encerrados os nossos trabalhos, agradeço o Ver. Ramiro Rosário, o Ver. Alvoni Medina e toda a equipe, e desejo sucesso aos novos vereadores que se elegeram e àqueles que não conseguiram atingir o pleito agradecer a parceria, agradecer o companheirismo nesse período.

Estou me recuperando da Covid, hoje devo estar saindo, quero, então, deixar, de coração, o agradecimento em nome da comissão e em nome do partido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a V. Exa. e ao mesmo tempo lhe cumprimento não só pelo trabalho realizado na Comissão Processante, mas também pela sua merecida reeleição.

Consulto se mais algum vereador gostaria de se manifestar em liderança. (Pausa.) Em não havendo, já tendo sido cumprida a Pauta. Teríamos condições de entrar

na Ordem do Dia, inclusive com presença adequada para que isso ocorresse, mas, considerando que não há matéria priorizada para hoje, quero, mais uma vez, informar aos Srs. Vereadores, ratificando colocações anteriores, de que aqueles que têm matéria que pretendam que seja examinada na reunião conjunta das comissões a ser realizada na próxima segunda-feira, que diligenciem no seu encaminhamento, no seu registro, na sua inscrição junto à nossa Diretoria Legislativa.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sr. Presidente, eu só queria uma informação, se nós não temos período de Pauta Especial para discutirmos o orçamento e se não está na data devida ainda; somente isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a Vossa Excelência; informo que o orçamento da cidade teve algumas imperfeições registradas e reconhecidas pelas nossas diretorias correspondentes, bem como pela Procuradoria, razão pela qual nós retornamos o orçamento para que o mesmo fosse adequado, inclusive porque existe algum dispositivo que, claramente, se contrapõe às disposições constitucionais, o que impedira uma análise tranquila por nós. Lamentavelmente as adequações ainda não foram feitas. Nós já reiteramos o pedido na semana passada; brevemente teremos 30 dias nesta circunstância. Se não ocorrer o que nós esperamos que, ainda que tardiamente possa ocorrer, com brevidade por parte do Executivo, o envio do novo orçamento já com as correções adequadas, nós teremos que, em análise conjunta com as comissões, avaliar essa situação, porque há um risco de os prazos se esgotarem e não termos um orçamento discutido, examinado e, sobretudo, votado na Casa em tempo hábil. Por isso, acho muito oportuna a sua consulta, Ver. Nedel, e naturalmente ela nos permite essas informações que, na segunda-feira, esperamos detalhar melhor ainda para os Srs. Vereadores na hipótese não desejada de persistir a situação atual hoje vigorante.

De outro lado, reiterando o que já havia sido dito, e agradecendo a presença de todos, informo que, de acordo com o que havíamos consertado, nesse período realizaríamos especialmente a sessão ordinária das quartas-feiras, não realizando amanhã, quinta-feira, a sessão ordinária sem deliberação, até por inexistência de matéria nesse sentido. Então, informo que amanhã não haverá sessão, mas convoco para a sessão ordinária a ser realizada no dia 30 do corrente mês, quando iniciaremos um novo período. Nós expandimos, até o final deste mês, aquela situação emergencial que nós havíamos estabelecido durante a realização dos pleitos eleitorais realizados ao curso deste ano, mas, a partir de segunda-feira, voltaremos a ter normalidade nas realizações na Casa, com sessões nas segundas, quartas e quintas, e as extraordinárias que se fizerem necessárias, para que a gente possa cumprir o melhor possível os nossos compromissos com a cidade de deliberar sobre as matérias aptas a receberem de nós a prestação devida.

Portanto, agradeço a presença de todos, desejo que possam confraternizar com as suas respectivas facções políticas de se preparem para o grande embate a ser realizado no próximo domingo. A todos uma boa-tarde e muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h10min.)

* * * * *